



Conselheiros

Saulo Mesquita - Presidente
Helder Valin - Vice-Presidente
Sebastião Tejota - Corregedor-Geral
Kennedy Trindade - Ouvidor
Edson José Ferrari - Diretor-Geral da Escola Superior de Controle Externo
Carla Santillo - Presidente da Primeira Câmara
Celmar Rech - Presidente da Segunda Câmara

Auditores

Heloísa Helena Antonacio Monteiro Godinho Flávio Rodrigues Cláudio André Abreu Costa Marcos Antônio Borges Humberto Bosco Lustosa Barreira Henrique Veras

Ministério Público junto ao TCE-GO

Carlos Gustavo Silva Rodrigues- Procurador-Geral Fernando dos Santos Carneiro Eduardo Luz Gonçalves Maísa de Castro Sousa Silvestre Gomes dos Santos



Chefe de Gabinete Da Presidência

Nádia Rezende Faria

Secretaria Administrativa

Cássio Resende de Assis Brito

Secretaria de Controle Externo

Sérvio Túlio Teixeira e Silva

Secretaria-Geral

Ana Paula de Araújo Rocha

Diretoria de Comunicação

Heloísa Rodrigues de Lima

Diretoria de Controle Interno

Lana Menezes de Castro

Diretoria de Governança, Planejamento e Gestão

Vera Nubia Zandonadi Gomes

Diretoria Jurídica

Bruno Carneiro Leão Oliveira

Diretoria de Tecnologia Da Informação

Licardino Siqueira Pires

Assessoria Superior ao Ouvidor

Marcus Vinícius do Amaral

Coordenação da Escola Superior De Controle Externo

Jaqueline Gonçalves Nascimento

Assessoria De Segurança Institucional

Coronel Anderson Efigênio de Almeida



Missão

"Exercer o Controle Externo contribuindo para o aperfeiçoamento da gestão das políticas e dos recursos públicos, em prol da sociedade"

Visão

"Ser uma instituição essencial e de excelência no exercício do Controle Externo"

Valores

Nossos valores modelam nossas atitudes, potencializando resultados e assegurando a essencialidade da instituição.

- Ética
- Integridade
- Responsabilidade junto à sociedade
- Compromisso Social
- Impessoalidade
- Transparência
- Imparcialidade
- Inovação
- Independência

Política do Sistema de Gestão Integrado

O TCE-GO na busca do aperfeiçoamento do controle externo e com objetivo de contribuir para a gestão das políticas e dos recursos públicos, em benefício da sociedade, compromete-se com:

I. Atendimento aos requisitos legais aplicáveis e outros subscritos pela organização;

II. atuação com base em prevenção de riscos e maximização de oportunidades;

III. melhoria contínua desencadeada pelo planejamento estratégico e execução das iniciativas de melhoria:

IV. controle de processos de trabalho, produtos e serviços;

V. desenvolvimento de serviços e colaboradores, garantindo a devida conscientização ambiental e em segurança da informação;

VI. a proteção do meio ambiente, incluindo a prevenção da poluição, o controle de resíduos, com foco no aumento do desempenho ambiental, representado pela utilização de recursos sustentáveis;

VII. disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade das informações que trafegam na instituição;

VIII. prestação de contas com foco nas necessidades e expectativas das partes interessadas.







APRESENTAÇÃO

Esta é a décima sexta edição do Boletim de Governança e Gestão (BGG), instrumento de prestação de contas trimestral produzido pela Diretoria de Governança, Planejamento e Gestão (DI-PLAN). Seu objetivo é a apresentação de conteúdo gerencial sobre o TCE-GO, de modo a gerar maior disseminação de informações e ampliar a participação de membros, servidores, gestores e sociedade na vida organizacional desta Corte de Contas.









As ações de controle externo eletivas do TCE-GO são direcionadas pelo seu Plano de Fiscalização, que tem periodicidade bienal. O Plano de Fiscalização 2023-2024, aprovado pela Resolução n. 2/2023, possui 35 Linhas de Ação de Controle Externo (LACEs), relacionadas com 10 marcadores temáticos. Abaixo, apresentam-se as fiscalizações decorrentes do Plano para fins de prestação de contas, relacionadas por relatoria, temas e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Ações Unidas (ONU):

Kennedy Trindade			Sebastião Tejota			Edson Ferrari		Carla Santillo	Celmar Rech	
	Auditoria Operacional para verificar e avaliar a gestão e a regularidade dos Termos d	Levantamento com o objetivo de conhecer como a SEDUC está estruturada para acompa	Acompanhan para compres e avaliar a elaboração d 2024-2027. Situação: Em Inspeção	ender pa co o PPA un ate	ompanhamento ra fiscalizar a nstrução da idade de endimento anto-juvenil do Monitoram-	Auditoria de Conformidade para avaliar a gestão dos convênios celebrados com as prefei	Auditoria de Conformidade para verificar indícios de irregularidades na folha de pagamento d	Levantamento para avaliar os Portais de Transparência do Poder Executivo Esta Monitoramento para verificar o	Auditoria Operacional para avaliar a eficiência da Ação 2146 do PPA 2019-2023 referente Levantamento para verificar as condições	
Auditoria Operacional para avaliar o sistema de regulação dos serviços de saúde públic	Levantamento com o objetivo de conhecer o universo de obras paralisadas ou inacabadas e	Levantamento para fiscalizar a estrutura e atuação do Controle Interno nas licitações, no	objetivo de verificar a quantidade e qualidade dos serviços	para fiscalizar contratos		Levantamento com o objetivo de medir a maturidade de governança e gestão nas organizações	Monitorament- o para verificar o atendimento das recomendaçõ- es exaradas p- elo Acórdão	cumprimento do item decisório "b" do Acór	de oferta educacionai na rede estadual de e.	
				gerados	to dos itens			Helder Valin		
				pelo Preg Eletrônico nº 03/20 Situação:	constantes 20. do Acórdão			Acompanhamento para fiscalizar a execução das despesas com pe	Inspeção para avaliar o estado atual de trafegabilidade em tre.	

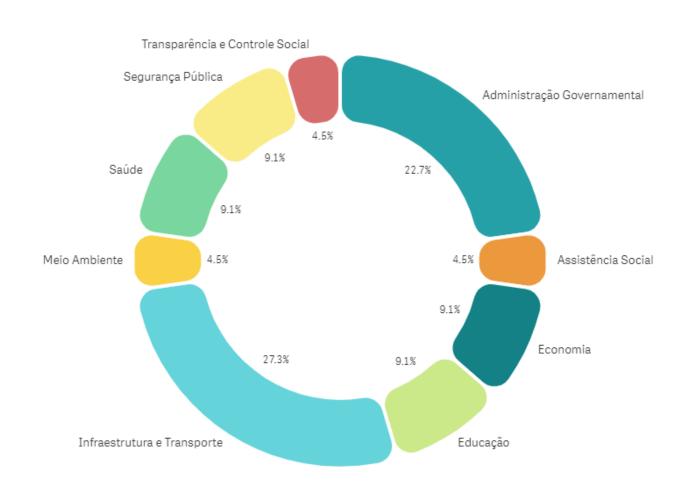






Fiscalizações por marcadores temáticos

Acompanhe as fiscalizações do TCE-GO agrupadas por marcador temático.



BGG | BOLETIM DE GOVERNANÇA E GESTÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS



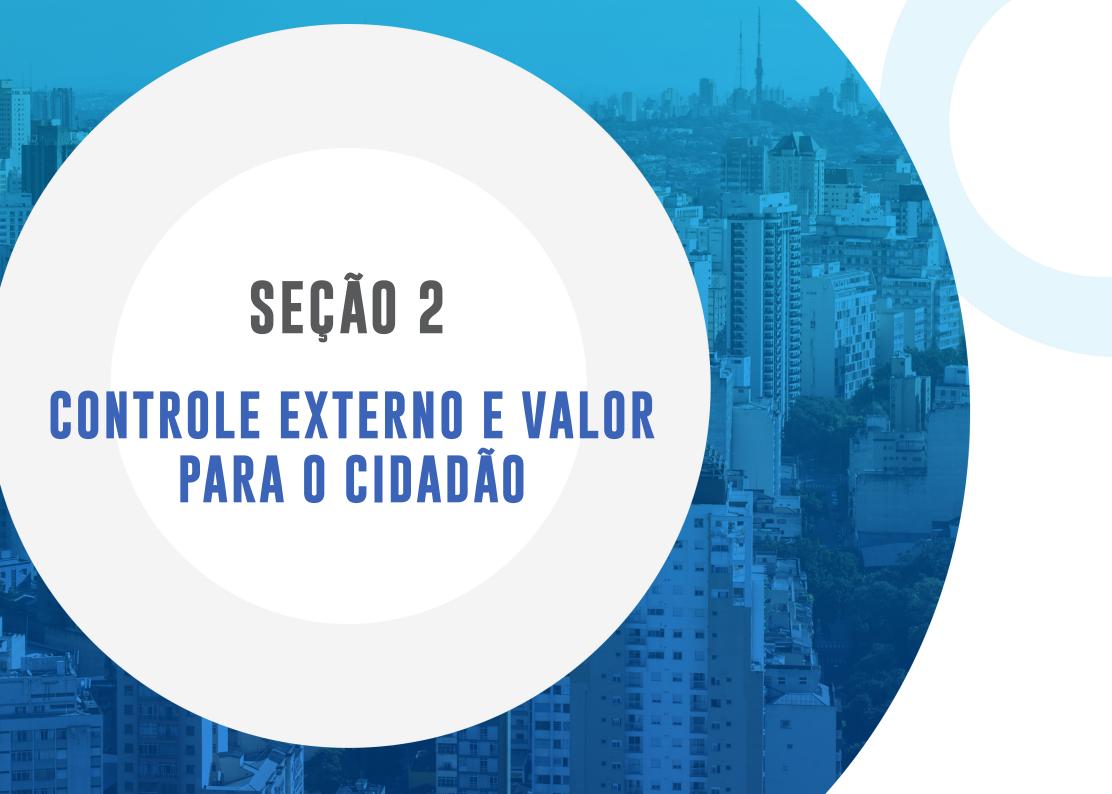




Fiscalizações por Objetivo de Desenvolvimento Sustentável

As fiscalizações realizadas pelo TCE-GO se alinham aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU).

16: Paz, justiça e instituições eficazes				9: Indústria, inovação e infraestrutura			3: Boa saúde e bem-estar		17: Parcerias e meios de	8: Emprego decent		10: Redução das de	
3	Auditoria de Conformidade para verificar indícios de irregularidades na folha de pagamento	a maturidade de governança e gestão nas organizações de segurança pública do Estado de Goiás Levantamento para fiscalizar a estrutura e atuação do Controle Interno Transparência do Poder Executivo Estadual, demais Poderes Estaduais (Legislativo e Judiciário) e Órgã Monitoramento para estrutura e atuação do cumprimento dos itens decisórios	avaliar os Portais de Transparência do Poder Executivo Estadual, demais	operacional para verificar e avaliar a gestão e a regularidade dos tadual, demais objetes Estaduals egislativo e opición de Regime Especial - TARE's. Inspeção com o opicitivo de verificar o a quantidade e	Inspeção para	Levantamento com o objetivo de conhecer como a SEDUC está estruturada para acompanhar, controlar e fiscalizar as contratações real	unidade de avaliar o sis atendimento regulação o infanto-juvenil do serviços de Centro Oncológico públicos,	Operacional para avaliar o sistema de regulação dos serviços de saúde públicos,	Auditoria de Conformidade para avaliar a gestão dos convênios celebrados com as prefeituras	Acompanhamento da execução do Plano de Recuperação Fiscal do Estado de Goiás - RRF		Auditoria de Conformidade para avaliar a gestão dos convênios celebrados com as prefeituras	
						Levantamento com o objetivo de conhecer o universo de			Auditoria Operacional para avaliar o sistema de regulação dos serviços de saúde públicos, ambulatorial e hospitalar no Estado de Goiás 6: Água potável e sanea			co 15: Vida ter	
			para verificar o cumprimento dos			obras paralisadas ou inacabadas existentes em Goiás que detém recursos fin Monitoramento para verificar o	4: Educação de qua Levantamento com o objetivo de conhecer como a	ualidade Levantamento para verificar as condições de oferta		para verificar o atendimento das recomendações	para verificar o atendimento das	to atendimento das	
					cumprimento do item decisório "b" do Acórdão nº 1194/2020	SEDUC está estruturada para acompanhar, controlar e fiscaliz	educacionais na rede estadual de ensino	avaliar a eficiência da Ação	Acórdão nº Acó	exaradas pe Acórdão nº 1573/2018	Acórdão nº		









Atricon e tribunais de contas realizam fiscalização coordenada nacional na educação

TCE-GO fiscaliza 25 escolas da rede estadual de ensino em operação coordenada nacional. A Operação Educação, foi uma fiscalização coordenada nacional realizada por 32 Tribunais de Contas de todo o país. Foram visitadas mais de mil escolas em 537 municípios brasileiros, que contou com a participação de 785 servidores. As equipes foram a campo verificar cerca de 200 itens, como a situação física das instalações, segurança, combate a incêndios, saneamento e disponibilidade de livros e computadores para os alunos. No primeiro dia da Operação Educação o TCE-GO fiscalizou 10 colégios. A iniciativa entre os tribunais de contas brasileiros é pioneira. Para conclusão das visitas as equipes do TCE-GO fiscalizaram nove colégios no segundo dia da Operação Educação. Os resultados consolidados da operação mostram a situação das escolas no país. A ação foi organizada pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), em parceria com o TCE-SP, com a coordenação do Instituto Rui Barbosa (IRB) por meio do seu Comitê Técnico de Educação (CTE-IRB) e apoio do Conselho Nacional de Presidentes dos Tribunais de Contas (CNPTC).

TCE-GO faz recomendações para melhoria do Programa Criança Feliz no Estado

As medidas decorrem de uma Auditoria Operacional realizada pelo TCE-GO este ano, onde foram anotadas falhas na operacionalização do Programa Criança Feliz em Goiás. Foi fixado um prazo de 60 dias para que o secretário apresente ao Tribunal um plano de ação que contenha um cronograma de adoção das medidas necessárias à implementação das recomendações listadas no relatório, com a identificação das etapas, atividades dos setores responsáveis, identificação dos respectivos gestores, os produtos esperados, datas de início e fim de cada ação.

TCE-GO faz recomendações visando o aperfeiçoamento do Programa Dinheiro Direto na Escola (Proescola)

Relatório de <u>Auditoria do TCE-GO propõe melhorias</u> para o <u>Proescola</u>. O Tribunal apontou uma série de recomendações visando o aperfeiçoamento da rede estadual de ensino. A fiscalização abrangeu o período de janeiro de 2020 a julho de 2022, envolvendo um volume de recursos na ordem de quase R\$ 145 milhões.







Plenário multa presidente da GoiasPrev por descumprir diligências

O Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) aplicou multa ao presidente da Goiás Previdência (GoiasPrev), por descumprir diligências determinadas em processo que julga concessão de pensão. Além da multa, o Pleno determinou que o gestor cumpra as providências pendentes para o devido saneamento processual no prazo de 10 dias.

Ex-prefeitos de Portelândia terão que devolver recursos ao Estado

O Acórdão nº 1085/2023, relatado pelo conselheiro Sebastião Tejota, imputou débito de R\$ 300 mil reais a dois ex-prefeitos de Portelândia, o primeiro por omissão de prestar contas, o segundo por não ressarcimento do débito atualizado. O valor refere-se a auxílio recebido do Estado de Goiás para aplicação em reforma, manutenção de máquinas e equipamentos, compras de pneus e um veículo tipo caminhonete. Também foi aplicada aos responsáveis multa de 10% sobre o valor atualizado do dano causado aos cofres públicos.

TCE-GO fixa prazo para transparência sobre obras paralisadas

Os órgãos públicos estaduais que têm obras paralisadas terão prazo de 60 dias para apresentar um plano de ação para mitigar falhas na <u>divulgação das informações</u>. As fragilidades foram apontadas pelo Serviço de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia do TCE-GO no Relatório de Levantamento nº 01/2021.

Obra de Credeq em Caldas Novas teve superfaturamento de mais de R\$ 1,3 milhão

As irregularidades foram verificadas pelo TCE-GO em auditoria realizada em 2016. O <u>superfaturamento</u> de diversos serviços para a construção do Centro de Referência e Excelência em Dependência Química de <u>Caldas Novas</u> levou o Tribunal a imputar débito aos responsáveis pela obra e à empresa contratada.







TCE-GO julga pregão da Sead parcialmente irregular

A decisão está contida no Acórdão nº 1140/2023, relatado pelo conselheiro Celmar Rech. O processo foi originado de representação formulada por empresa participante do pregão apontando supostas irregularidades no certame. A licitação foi realizada para o registro de preços de prestação de serviços continuados de vigilância armada e monitoramento em circuito fechado de televisão com fornecimento de profissionais uniformizados e instrumentos de trabalho.

Plenário recomenda melhorias na operacionalização do ProGoiás

O Tribunal determinou ao governador que edite decreto contendo as atribuições do Conselho de Desenvolvimento Industrial do Estado de Goiás e do Conselho Consultivo no prazo de 60 dias. Também foi determinado à Secretaria de Estado da Economia que providencie a publicação imediata das informações do programa no portal Goiás Transparente. E essas deliberações têm o objetivo de aprimorar o controle do programa ProGoiás.

Plenário aplica multa à gestora após auditoria na Polícia Civil

O TCE-GO entendeu que a gestora foi omissa após ser alertada reiteradas vezes sobre a necessidade de apurar a situação de servidores em situação irregular, após uma auditoria concluir que servidores acumulavam cargos públicos indevidamente. A decisão também determinou à Policia Civil que, no prazo de até 30 dias, encaminhe cópias de todos os processos administrativos disciplinares em face de servidores listados na instrução técnica que subsidiou a decisão.

Paralisação de obra na GO-174 causa deterioração do pavimento e prejuízo ao Estado

Em acórdão relatado pelo conselheiro Celmar Rech, o Tribunal de Contas condenou os responsáveis ao pagamento de R\$ 306.469,94 pelo prejuízo ao Estado, além de aplicar multas à empresa contratada, aos fiscais da obra e ao então presidente da Agetop. O apontado dano decorre da deterioração dos serviços executados no trecho contratado, em razão da execução de grandes extensões de camadas de solos sem a devida proteção por revestimento, após a paralisação da obra durante um ciclo de chuva.







TCE-GO divulga despesas com pessoal e publicidade do Estado

O Relatório do Artigo 30 da Constituição Estadual de Goiás, consolidado trimestralmente pelo Tribunal, traz: o número total dos servidores e empregados públicos nomeados e contratados por classe de cargos e empregos; a despesa total com o pessoal, confrontada com o valor das receitas no trimestre e no período vencido do ano; e a despesa total com noticiário, propaganda ou promoção, qualquer que tenha sido o veículo de planejamento, estudo e divulgação.

Tribunal de Contas expede determinação à Secom sobre concorrência de publicidade

O Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) determinou à Secretaria de Estado da Comunicação (Secom) que, nas concorrências públicas que promover, obedeça os moldes da legislação específica. Também foi determinada a inclusão no Plano de Fiscalização, a verificação da execução do contrato decorrente da licitação questionada, tendo em vista a materialidade do objeto e a ocorrência das irregularidades denunciadas na representação.

TCE-GO emite parecer favorável às Contas do Governador

As contas são relativas ao exercício de 2022, que trata do último ano de gestão de Ronaldo Caiado no seu primeiro mandato. O parecer, relatado pelo conselheiro Kennedy Trindade e aprovado por unanimidade em sessão plenária, apresenta sete recomendações ao Poder Executivo, quatro aos poderes e órgãos autônomos e uma específica ao Tribunal de Justiça e Secretaria da Economia. O documento será encaminhado à Assembleia Legislativa (Alego), a quem cabe o julgamento definitivo.









Secretaria de Controle Externo apresenta planejamento do biênio a servidores

Servidores da Secretaria de Controle Externo se reuniram para uma explanação do <u>Plano Diretor da área e do Plano de Fiscalização para o biênio 2023-2024</u>. Um dos objetivos do Plano de Fiscalização do TCE-GO para o biênio é desenvolver um sistema de controle voltado ao aprimoramento de políticas públicas. Em relação ao Plano Diretor da Secretaria, foram apresentadas 19 iniciativas de melhorias a curto, médio e longo prazo.

Plano de Capacitação do TCE-GO prevê pelo menos 26 ações para 2023

Dentre as 26 as atividades programadas, está a pósgraduação em Administração Pública (mestrado profissional), MBA em Auditoria para o Setor Público e Inovação, e várias outras atividades que contemplam o levantamento feito pela Escoex levando em consideração os objetivos estratégicos do Tribunal.

Normativa para entrega de prestação de contas no TCE-GO tem alterações

O Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) promoveu alterações na forma de entrega das prestações de contas dos gestores da administração estadual direta e indireta, uma das novidades, é que o relatório de gestão emitido pelos responsáveis é a peça central da prestação de contas ordinária. O objetivo é que o documento ofereça uma visão clara para a sociedade sobre o órgão e a entidade, sua estratégia e os resultados alcançados frente a suas atribuições e objetivos estabelecidos para o exercício a que se refere.

Primeira reunião do Comitê de Segurança da Informação do TCE-GO é realizada

Foi promovido o primeiro encontro do <u>Comitê de Segurança da Informação do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)</u>. A reunião teve o objetivo de apresentar as ações previstas para o ano em curso, como parte da preparação para a auditoria da ISO 27001, que trata da segurança da informação.







Definidos os nomes da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes

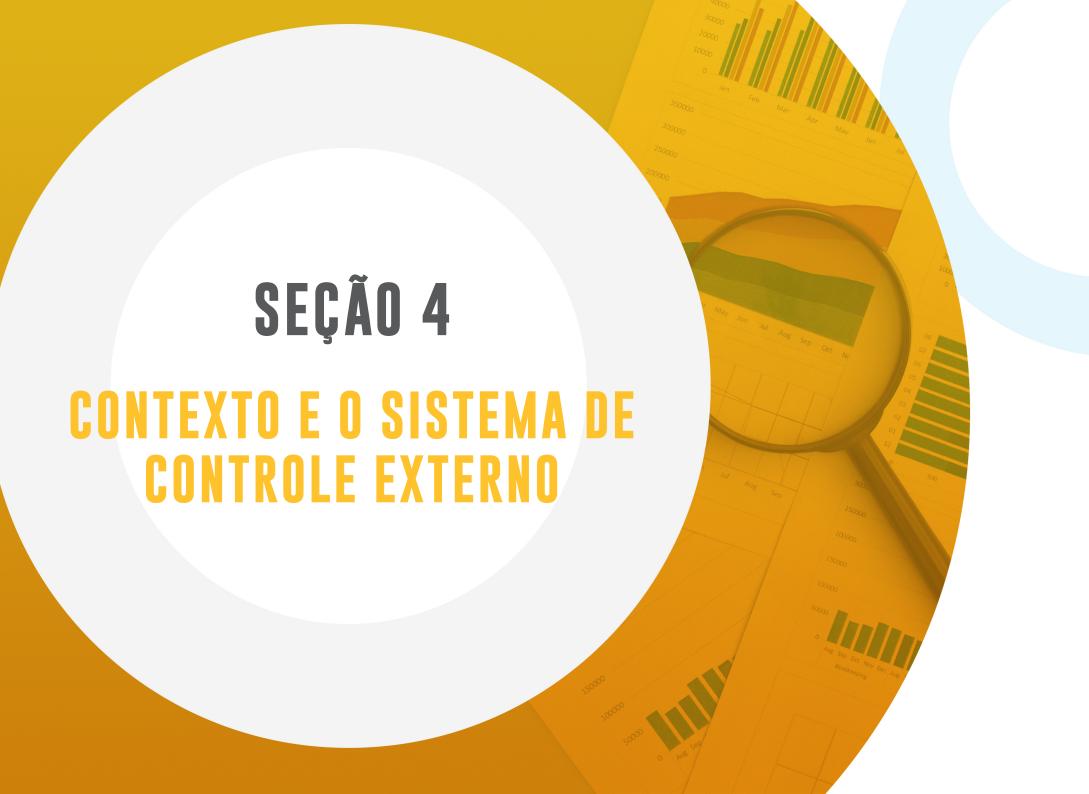
Foram designados pelo presidente Saulo Mesquita após o processo eleitoral que escolheu os dois representantes dos servidores: Leandro Rodrigues de Freitas e Carlos Alberto Xavier de Souza. A Cipa é responsável por garantir condições adequadas e seguras nos ambientes de trabalho, observando e relatando situações de risco.

Assembleia Legislativa realiza palestra sobre a importância do planejamento

O evento ocorreu no auditório 1 do Palácio Maguito Vilela e teve por objetivo apresentar a importância de definir planos a longo prazo. A palestra Planejar é Preciso foi voltada a diretores e secretários das unidades administrativas do Poder Legislativo estadual. O TCE-GO foi representado pelo secretário de Controle Externo, Sérvio Túlio Teixeira e Silva, que falou sobre o planejamento estratégico sob a ótica dos controladores.

Auditorias ISO têm início no TCE-GO

Foram iniciados os trabalhos para a realização das auditorias internas para manutenção das ISO 9001:2015, ISO 14001:2015 e ISO/IEC 27001:2022 pelo Tribunal de Contas do Estado de Goiás. A Auditoria Interna tem por objetivo avaliar o desempenho eficiente dos processos operacionais, a conquista dos objetivos e metas, o cumprimento da Política do SGI e a identificação de oportunidades de melhoria. O trabalho é coordenado pela Diretoria de Governança, Planejamento e Gestão (DiPlan) e registrado em sistema eletrônico (SGP).









Atuação do Gabinete de Articulação para Efetividade da Política da Educação no Estado de Goiás (Gaepe)

O Gabinete de Articulação para Efetividade da Política da Educação no Estado de Goiás (Gaepe) divulga nota técnica a gestores escolares e secretários de Educação, recomendando aos gestores escolares que solicitem, obrigatoriamente, o cadastro físico de pessoal no ato de solicitação ou efetivação de matrícula de novos alunos. O Gaepe-GO divulgou um balanço geral sobre as atividades desenvolvidas durante e após a fase aguda da pandemia de covid-19. Os participantes falaram das suas impressões pessoais sobre a governança do grupo e destacaram o que deu certo e o que pode ser aprimorado. Gaepe-GO debate educação infantil e direito a creche nos municípios goianos. A discussão visou aprovar levantamento da demanda por creche. O Gabinete é uma governança horizontal que reúne gestores dos governos estadual e municipais, órgãos de controle, Sistema de Justica e sociedade civil.

TCE-GO participa de audiência pública sobre o Ipasgo

O Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO), a convite da Assembleia Legislativa de Goiás (Alego), participou da audiência pública para debater proposta de alteração da natureza jurídica do Instituto de Assistência dos Servidores Públicos de Goiás (Ipasgo). Representaram o Tribunal, o presidente Saulo Mesquita e o conselheiro Celmar Rech, além dos servidores Sérvio Túlio Teixeira, Pedro Henrique Bastos e André Góes. Em uma nova audiência pública, a Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (Alego) voltou a discutir a mudança de regime jurídico do Ipasgo. Representando o Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO), o conselheiro Celmar Rech explicou as razões que levaram a Corte a determinar essa alteração.







Tribunais de Contas querem modelo padronizado de governança

O Comitê de Governança da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) reuniu-se para tratar da implementação de políticas de governança nos órgãos de controle externo. O Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) foi representado pela diretora de Governança, Planejamento e Gestão, Vera Núbia Zandonadi. Durante o encontro, foi debatida a importância de um modelo único de governança e gestão.

Conselheiro Ferrari participa de evento pela primeira infância em Cuiabá

O conselheiro Edson Ferrari participou, em Cuiabá, do lançamento do Pacto Interinstitucional pela Educação na Primeira Infância. Na presidência do Comitê Técnico da Primeira Infância do Instituto Rui Barbosa (IRB), ele parabenizou as entidades que compõem o Gabinete de Articulação para Efetividade da Política da Educação de Mato Grosso (Gaepe-MT) pela iniciativa, destinada a fixar compromissos e diretrizes para aprimoramento da política pública voltada à primeira infância.







TCE-GO sedia o 5º Simpósio Nacional de Educação (Sined)

O evento ocorreu entre os dias 10 e 12 de maio de 2023 e reuniu diversos especialistas em ensino e gestão escolar no país com o objetivo de incentivar o intercâmbio de conhecimento e de experiências entre agentes envolvidos na gestão e no controle da educação.

O guia Conselhos Sociais e Gestão Democrática na Educação foi lançado durante o 5º Sined. A publicação traz orientações sobre o planejamento das ações dos conselhos sociais ligados à área da educação, além de conceitos e explicações sobre a estrutura de financiamento dessa política pública, entre outros temas. A ministra da educação em exercício Izolda Cela esteve no 5º Sined, momento em que afirmou que os baixos níveis de aprendizagem no ensino básico brasileiro é o grande desafio educacional a ser enfrentado pelo governo federal, demonstrando como exemplo que apenas 5% dos estudantes concluem a educação básica com aprendizagem adequada em matemática.

Atricon apresenta pesquisa em parceria com o "Todos pela Educação" durante o 5º Sined. O estudo aponta que a indicação política ainda é adotada em quase metade (48%) das redes estaduais brasileiras. Os dados foram apresentados pelo conselheiro do TCM-GO, Fabrício Motta, explicando que não se trata de uma fiscalização, mas de uma iniciativa voltada a revelar dados e oferecer

subsídios para orientar a tomada de decisão dos gestores públicos.

Educação e equidade foram temas em destaque nas conferências de encerramento do 5º Sined. Os professores Guilherme Lichand (Universidade de Stanford e Universidade de Zurique) e Claudia Costin (do Instituto para Aprendizagem ao Longo da Vida - Unesco) apresentaram em suas conferências de encerramento um cenário marcado por realidades muito díspares no que diz respeito à educação brasileira, que não pode ser ignorado pelos gestores públicos. Ao final do 5º Sined, foi aprovada a Carta de Goiânia, contendo um resumo dos painéis, conferências, debates e deliberações ocorridas.

Pacto Interinstitucional pela Educação na Primeira Infância

O conselheiro Edson Ferrari participou de evento pela primeira infância em Cuiabá no dia 17 de maio. Discorreu que a situação atual caracteriza desrespeito à prioridade absoluta que a Constituição estabeleceu para a criança, o adolescente e o jovem nos últimos anos. A iniciativa reuniu autoridades e prefeitos mato-grossenses com a intenção de fixar compromissos e diretrizes para o aprimoramento das políticas públicas voltadas à primeira infância.







TCE-GO participa do 4º Congresso Internacional de Controle Público e Luta Contra a Corrupção

O evento foi promovido em conjunto pelo Instituto Rui Barbosa (IRB) e a Universidade de Salamanca, na Espanha. Centrado no protagonismo das novas ferramentas de análise e combate dos riscos de corrupção, o evento científico se destina à discussão das experiências espanhola, portuguesa e brasileira, com foco na atividade de controle. O presidente Saulo Mesquita, representante do TCE-GO, fez uma exposição sobre o tema "A luta contra a corrupção: o papel do Controle Externo".

Atricon recomenda diretrizes de comunicação aos Tribunais de Contas

Com o objetivo de ampliar o acesso da sociedade a serviços públicos e a informações capazes de estimular o exercício da cidadania, a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), expediu a Nota Recomendatória nº 3/2023. São 33 itens com orientação para que os Tribunais de Contas desenvolvam ações voltadas ao fortalecimento da legitimidade das instituições de controle externo perante a sociedade, adotando diretrizes de comunicação.

Poder público e sociedade debatem recursos hídricos no TCE-GO

Urbanização, gestão de recursos e fiscalização foram temas abordados em diálogo público no TCE-GO que debateu a crise hídrica no Estado. O evento foi aberto pelo conselheiro Celmar Rech que destacou que a discussão colaborativa é um dos elementos que permite ao TCE-GO apontar temas relevantes à comunidade especializada e à sociedade em geral a partir do resultado dos trabalhos de fiscalização desenvolvidos no exercício do controle externo.

Automação de recepção de dados do TCE-GO apresentada em encontro nacional

A plataforma TCE-HUB para automação da recepção de informações do controle externo, implementada pelo Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO), foi apresentada pelo diretor de Tecnologia da Informação (TI) do órgão, Licardino Siqueira Pires, durante o 5º Encontro Técnico de TI dos Tribunais de Contas do Brasil, em Recife.







SES-GO apresenta sistema de gestão das Organizações Sociais ao TCE-GO

A <u>Secretaria de Estado da Saúde (SES-GO)</u> apresentou a conselheiros e técnicos do Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO) o Sistema Integrado de Gestão das Unidades de Saúde (Sigus). A ferramenta é utilizada para monitoramento, avaliação e fiscalização das organizações sociais (OS) que gerem as unidades de saúde.

TCE-GO mostra boas práticas no 2º LabTCs em evento realizado em Cuiabá

A gestão de processos de trabalho por meio da Cadeia de Valor e o Boletim de Governança e Gestão (BGG) foram as experiências do TCE-GO mostradas pelo secretário de Controle Externo, Sérvio Túlio Teixeira e Silva durante o 2º Laboratório de Boas Práticas dos Tribunais de Contas (LabTCs). As iniciativas foram desenvolvidas no biênio 2019/2020 pela equipe da Diretoria de Governança, Planejamento e Gestão (Diplan), à época liderada pelo analista de controle externo Bruno Luz. O presidente do TCE-GO, conselheiro Saulo Mesquita, prestigiou o evento e participou da reunião do Conselho Nacional dos Presidentes dos Tribunais de Contas (CNPTC), que ocorreu paralelamente.

Cartilha que compõe estratégia do Programa Nacional de Transparência Pública orienta critérios para portais

A cartilha produzida pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) para o ciclo 2023 traz orientações para cidadãos, gestores públicos e órgãos de controle para um modelo mais completo de Portal da Transparência, alinhado com a legislação e com os critérios utilizados em processos de fiscalização.

Todos os Tribunais de Contas do Brasil avaliam a transparência de pelo menos 8 mil portais públicos

Os resultados devem ser divulgados em novembro e os dados de todo o país são consolidados no site Radar da Transparência Pública. Os 33 Tribunais de Contas brasileiros analisaram até o dia 15 de setembro, a transparência ativa de pelo menos 8 mil portais públicos em todo o país. O levantamento faz parte do cronograma de ações do Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP), que inclui a verificação das informações disponibilizadas por sites dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, das próprias Cortes de Contas, do Ministério Público e das defensorias públicas das três esferas de governo.







Falta de creches no Brasil tem números estarrecedores

A constatação foi feita pelo conselheiro Edson Ferrari durante webinar promovido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Na ocasião destacou que os indicadores mostram que apenas 32,7% das crianças em idade indicada têm acesso às vagas. Os dados estão no Portal da Primeira Infância, que o Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) criou e disponibiliza para todo o País, com um total de 13 indicadores sociais, como vacinação, baixo peso ao nascer, mortalidades materna, infantil e na infância, pré-natal e outros.

Projeto de sustentabilidade do TCE-GO foi apresentado no 3º Seminário de Sustentabilidade do Legislativo

O TCE-GO apresentou a melhor nota entre os tribunais estaduais e municipais, no Índice de Acompanhamento da Sustentabilidade na Administração (lasa), criado pelo TCU para avaliar as ações das instituições públicas. As iniciativas do TCE-GO foram apresentadas via web pelos servidores Pedro Henrique Mota Emiliano e Suellen Carina Lopes, que são membros do Comitê de Sustentabilidade.

Na oportunidade mostraram as iniciativas sustentáveis do TCE-GO na gestão de energia, como os sistemas fotovoltaicos nos telhados e estacionamento, modernização e otimização contínua das instalações elétricas, softwares de automação desenvolvidos no próprio Tribunal e controle computacional de equipamentos e circuitos elétricos.

Publicação da segunda edição do livro que aborda o tema primeira infância

A publicação reunirá auditorias e boas práticas de Tribunais de Contas com foco nos impactos da desigualdade sobre as crianças e famílias em situação de vulnerabilidade. A segunda edição do livro "Os Tribunais de Contas e a Primeira Infância", tem previsão de lançamento em fevereiro de 2024, e já começa a ser preparada pelas cortes brasileiras, sob a coordenação do Comitê Técnico da Primeira Infância do Instituto Rui Barbosa (CTPI-IRB).







Revista de Controle Externo tem edição dedicada ao meio ambiente e direito financeiro

A Revista Controle Externo em sua sexta edição, parceria do TCE-GO e Editora Fórum, dedicou-se à produção dos mestrandos e doutorandos da disciplina Direito Financeiro e Meio Ambiente do programa de pós-graduação stricto sensu da Faculdade de Direito da USP. Ao apresentar a nova edição, o presidente do TCE-GO, Saulo Mesquita, explica que a revista representa a chancela do Tribunal à valorização da ciência como requisito indispensável ao aprimoramento institucional.

Livro com estudos sobre a nova lei de licitações foi lançado em Brasília

Controle Externo e as Mutações do Direito Público: Licitações e Contratos. Este é o título do livro lançado no 18° Fórum Brasileiro de Contratação e Gestão Pública, que ocorreu em Brasília, no dia 12 de maio. A publicação traz oito estudos de ministros e conselheiros substitutos dos Tribunais de Contas brasileiros sobre aspectos importantes relacionados ao controle externo na nova lei de licitações e contratos administrativos. A conselheira substituta Heloísa Helena Godinho, do TCE-GO, é uma das coordenadoras da obra.



Produção

Diretoria de Governança, Planejamento e Gestão

Revisão e Edição

Alexandre Alfaix, Heloísa Lima e Luce Jane Zoccoli (Diretoria de Comunicação)

Design Gráfico

Anderson de Castro (Diretoria de Comunicação)

